



Estudos Geográficos

Revista Eletrônica de Geografia

Memória, lugar e política em histórias de vida de residentes do Parque Estadual da Pedra Branca – RJ

Jean Lucas da Silva Brum¹  

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar as articulações entre memória, lugar e política a partir de histórias de vida de residentes do Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB), uma Unidade de Conservação de Proteção Integral situada na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Por meio do resgate e interpretação das trajetórias vividas narradas pelos residentes da comunidade da Serra de Piabas — uma pequena comunidade com forte perfil rural localizada na vertente sul do PEPB — este trabalho investiga como a memória se configura enquanto um instrumento político-afetivo nos processos de construção e contestação de múltiplos sentidos de lugar. Este trabalho aponta que, como parte das estratégias cotidianas de resistência, a memória local atesta a anterioridade e presença destes residentes frente ao processo de estabelecimento de uma política ambiental excludente, evidenciando um forte vínculo entre os residentes e o lugar como modo próprio de habitar destes sujeitos.

Palavras-chave: Memória; Lugar; Histórias de Vida; Resistência Cotidiana; Parque Estadual da Pedra Branca

¹ Doutor em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Professor do ensino básico da Rede Municipal da Cidade do Rio de Janeiro – SME/RJ.



Este artigo está licenciado com uma licença Creative Commons

MEMORY, PLACE, AND POLITICS IN THE LIFE STORIES OF RESIDENTS OF PEDRA BRANCA STATE PARK – RJ

Abstract: This paper aims to analyze the connections between memory, place, and politics through the life stories of residents of Pedra Branca State Park (PEPB), an Integral Protection Conservation Unit located in the western zone of Rio de Janeiro. Drawing on the retrieval and interpretation of the life trajectories narrated by residents of the Serra de Piabas community — a small, rural-oriented settlement situated on the southern slope of PEPB — the study investigates how memory functions as a political-affective instrument in the processes of constructing and contesting multiple meanings of place. The findings suggest that, as part of everyday strategies of resistance, local memory attests to the precedence and continued presence of these residents in the face of the establishment of an exclusionary environmental policy, underscoring the strong bond between the residents and the place as their distinctive mode of inhabiting the area.

Keywords: Memory; Place; Life Stories; Everyday Resistance; Pedra Branca State Park.

MEMORIA, LUGAR Y POLÍTICA EN LAS HISTORIAS DE VIDA DE RESIDENTES DEL PARQUE ESTADUAL DA PEDRA BRANCA – RJ

Resumen: El presente artículo tiene como objetivo analizar las articulaciones entre memoria, lugar y política a partir de las historias de vida de los residentes del Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB), una Unidad de Conservación de Protección Integral ubicada en la zona oeste de la ciudad de Río de Janeiro. A través del rescate e interpretación de las trayectorias narradas por los residentes de la comunidad de Serra de Piabas — una pequeña comunidad con un marcado perfil rural situada en la vertiente sur del PEPB —, este trabajo investiga cómo la memoria se configura como un instrumento político-afectivo en los procesos de construcción y disputa de múltiples significados de lugar. El estudio señala que, como parte de las estrategias cotidianas de resistencia, la memoria local da testimonio de la anterioridad y la presencia de estos residentes frente al establecimiento de una política ambiental excluyente, evidenciando un fuerte vínculo entre los habitantes y el lugar como modo propio de habitarlo.

Palabras clave: Memoria; Lugar; Historias de Vida; Resistencia Cotidiana; Parque Estadual da Pedra Branca.

INTRODUÇÃO

Situado na zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, o Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB) abrange todas as áreas acima da cota altimétrica de 100 metros do Maciço da Pedra Branca e de seus contrafortes, destacando-se como uma importante Unidade de Conservação no contexto carioca (Fernandez, 2009). Criado nos anos 1970, o PEPB tinha como principal objetivo preservar recursos naturais estratégicos frente ao avanço da ocupação urbana do solo na zona Oeste da cidade já na segunda metade do século XX (Fernandez, 2009).

A partir dos anos 2000, com a promulgação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), principal instrumento legal para criação, implementação e gestão de Unidades de Conservação no Brasil (Brasil, 2000), o PEPB passou a ser

classificado como uma Unidade de Conservação pertencente ao grupo de Proteção Integral. Definidas pelo SNUC como áreas que visam à proteção de recursos naturais e da biodiversidade admitindo a presença humana apenas indiretamente, para fins de visitação ou pesquisa científica (Brasil, 2000), as Unidades de Conservação pertencentes ao grupo de proteção integral possuem como marca, entre outros elementos, o impedimento da permanência de residentes dentro de seus limites legais.

A criação do PEPB, entretanto, acabou incluindo uma parcela significativa do “Sertão Carioca”, termo proposto pelo cronista Armando Magalhães Corrêa (2017) para designar a área que se estendia desde o Maciço da Tijuca até o Maciço da Pedra Branca, englobando a baixada de Jacarepaguá, zona, há época, de caráter eminentemente agrícola, marcada, consequentemente, pela presença de uma população de perfil rural “com forte relação de dependência dos recursos naturais locais na garantia de seu sustento e reprodução social” (Fernandez, 2016, p. 132).

Desse modo, o estabelecimento do PEPB incompatibilizava com a presença desta população, gerando um conflito de interesses a respeito da ocupação do parque e do manejo de recursos naturais por meio de práticas sociais realizadas por seus residentes. Além disso, como ocorrido em muitas outras Unidades de Conservação no Brasil, no processo de transição de parte do “Sertão” em parque, muitas das formas de ocupação prévias ao estabelecimento dos limites da área especialmente protegida não foram consideradas, sequer foram regularizadas suas condições fundiárias, especialmente no que tange aos processos de desapropriação (Fernandez, 2009).

Assim, muito embora passados cerca de quatro décadas de criação do parque, ainda existem dezenas de famílias estabelecidas dentro dos limites do PEPB (Inea, 2013)², dependendo, integralmente ou parcialmente, do uso e manejo de recursos naturais locais como forma de subsistência e reprodução social.

Na vertente sul do PEPB, localizada entre os limites dos bairros do Recreio dos Bandeirantes e do Grumari, situa-se uma pequena comunidade formada, em sua maior parte, por remanescentes dos antigos lavradores que povoavam as vastas encostas do Maciço da Pedra Branca antes de sua transição em área protegida, denominada como “comunidade da Serra de Piabas”.

² De acordo com dados de seu plano de manejo, publicado em 2013, estima-se que cerca de 4.600 pessoas residam dentro dos limites oficiais do Parque Estadual da Pedra Branca (Inea, 2013).

Para os residentes da Serra de Piabas, mais do que uma Unidade de Conservação, nos termos descritos pelo SNUC, um “espaço territorial e seus recursos ambientais [...] com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público” (Brasil, 2000), o PEPB se revela como lugar de vida e memória destes sujeitos. Esse lugar, portanto, apresenta pertinência social e econômica para seus residentes, sendo apropriado a partir de relações culturais-simbólicas de pertencimento, identificação e afeição. Para a Geografia, o termo lugar, diversamente a concepção popularizada que tende a enfatizar a palavra como sinônimo de localização, é entendido como um de seus conceitos centrais, sendo discutido a partir de sua concepção enquanto uma parcela vivida do espaço geográfico. Lugar, desse modo, denota valor e significado para os sujeitos que desenvolvem com este uma relação de pertencimento (Tuan, 2011; 2013).

Em meio a um cenário de incerteza jurídica (Sathler, 2010) quanto de sua permanência dentro dos limites de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, as relações tecidas no lugar são atravessadas por uma dimensão política, expressa na constante negociação quanto ao direito de pertencer e permanecer no PEPB, revelando estratégias de resistência atuando na base da configuração dos sentidos de lugar destes sujeitos.

Este trabalho tem por objetivo analisar como as histórias de vida dos residentes da Serra de Piabas articulam memória, política e lugar, ressignificando as experiências e estratégias de resistência no contexto das transformações espaciais operadas quanto do processo de transição da localidade em área especialmente protegida. Desse modo, por meio das memórias dos residentes da comunidade, através do resgate das trajetórias narradas por estes sujeitos, procuramos entender como a memória pode se configurar enquanto um instrumento político-afetivo no processo de construção e contestação de múltiplos sentidos de lugar.

ARTICULAÇÕES ENTRE MEMÓRIA E LUGAR

Vivemos em um mundo cercado por lugares que clamam nossa atenção, nos quais nos relacionamos e construímos uma noção de quem somos (Relph, 1976). A forma como edificamos nossas identidades, como interagimos com as pessoas ao nosso redor e compreendemos a nossa própria existência permanece vinculada ao entendimento dos lugares que habitamos, percorremos, imaginamos, sonhamos ou desejamos conhecer (Tuan, 2013). Muito embora no senso comum a palavra lugar

possa ser tratado enquanto sinônimo para local ou localização, o termo constitui um dos conceitos chave da análise geográfica, tendo sido objeto de debate sob diferentes perspectivas dentro deste campo do saber (Cresswell, 2004).

Entre as diversas definições propostas, o lugar pode ser entendido como um centro de significados construído em e por meio da experiência intersubjetiva do mundo (Relph, 1976; Tuan, 2011, 2013, 2018). Tal concepção, vinculada à perspectiva cultural-humanista, eleva o lugar a uma condição mais ampla que a de simples local, isto é, um ponto abstrato identificável em um mapa. Enquanto centro de significados, o lugar é “conhecido não apenas através dos olhos da mente, mas também através dos modos de experiência mais passivos e diretos, os quais resistem à objetificação” (Tuan, 2018, p. 5-6).

Nesse sentido, o lugar se manifesta como uma parcela do espaço geográfico carregada de significados para uma pessoa ou grupo. Para Tuan (2011, 2013), é a partir da experiência que transformamos o espaço indiferenciado em lugar-significado. A experiência, portanto, constitui a base da construção dos sentidos de lugar (Oliveira, 2012; Tuan, 2013). Segundo Tuan (2013):

A experiência implica a capacidade de aprender a partir da própria vivência. Experienciar é aprender; significa atuar sobre o dado e criar a partir dele. O dado não pode ser conhecido em sua essência. O que pode ser conhecido é uma realidade que é um constructo da experiência, uma criação de sentimento e pensamento (Tuan, 2013, p. 18).

De acordo com Edward Relph (1976), por incorporarem sentimentos, vivências, aspirações e experiências humanas profundas, os lugares aos quais nos sentimos pertencer se apresentam como elementos indispensáveis à nossa apreensão de mundo e à construção de nossa identidade. Nas palavras do autor, “ser humano é viver em um mundo cercado de lugares significativos: ser humano é ter e conhecer seu lugar” (Relph, 1976, p. 1).

Nessa perspectiva, o lugar é compreendido a partir de um envolvimento existencial com a condição humana, já que existir significa ter um lugar, uma base a partir da qual se funda um sentido de si-mesmo. O próprio lugar, por sua vez, é definido em relação aos sujeitos que se sentem nele enraizados (Casey, 2001). Conforme Relph:

Os lugares são expressões fundamentais do envolvimento humano no mundo, e, portanto, confere significado ao espaço [...] Lugares são, de fato, o alicerce da existência humana, providenciando não apenas o contexto de todas as atividades humanas, mas também segurança e

identidade para o indivíduo ou grupo (Relph, 1973, p. 62 apud Entrinkin, 1976, p. 626).

Relph (1979) acrescenta que conhecemos e habitamos o mundo, mesmo de forma pré-consciente, “através dos lugares nos quais vivemos ou temos vivido, lugares que clamam nossas afeições e obrigações” (p. 16). Nesse sentido, os lugares se configuraram como existenciais, tornando-se também fontes de autoconhecimento e responsabilidade social (Relph, 1979).

Adotar essa perspectiva permite afirmar que o lugar se expressa como dimensão existencial do nosso ser-estar no mundo, envolvendo aquilo que Eric Dardel (2011) denominou “geograficidade”, uma relação concreta que liga o homem à Terra como modo próprio de sua existência. Como ponto central de referência a partir do qual descontinuamos o mundo ao redor, é no lugar por meio dele que a geograficidade se realiza em plenitude, estabelecendo um elo visceral entre o homem e a Terra. Para Dardel (2011), o lugar é suporte do ser, refúgio e base da existência, de modo que a realidade geográfica se constitui, para o homem, nos lugares que integram sua vida.

Como dimensão da geograficidade, o lugar envolve tanto a espacialidade quanto a temporalidade da existência. Como afirma Eric Dardel (2011, p. 33), toda “espacialização geográfica, porque é concreta e atualiza o próprio homem em sua existência e porque nela o homem se supera e se evade, comporta também uma temporalização, uma história, um acontecimento”. Nas experiências de lugares situamos nossa existência em projetos futuros, mas também evocamos lembranças e memórias, conectando-nos ao passado como fonte de autoconhecimento e identidade. Lugar, portanto, é espaço vivido e tempo apreendido pela memória, de forma que a trama entre essas dimensões se torna central para a compreensão da existência humana em sua relação com o mundo.

Segundo Lowenthal (1985b), a memória refere-se à faculdade de conservar e relembrar acontecimentos e experiências adquiridas no passado. É por meio dela que recordamos experiências pretéritas, vinculando-nos a um si-mesmo anterior. A recordação do passado, torna-se, portanto, elemento indispensável para a construção de um sentido de continuidade e identidade (Lowenthal, 1985b). Contudo, embora possa ser considerada uma faculdade mental relacionada à retenção de informações, a memória é também um fenômeno por meio do qual o ser humano revive e reapresenta e reconstrói o próprio passado (Le Goff, 2003).

Em linhas gerais, podemos considerar que a memória implica a presença do passado (Roussو, 2006), tornando possível afirmar que “toda consciência do passado está fundada na memória” (Lowenthal, 1998, p. 75). As lembranças que a compõem constituem fontes relevantes para investigar e compreender o passado, ao mesmo tempo em que influenciam a maneira como estruturamos um sentido de presente.

Contrariando a percepção do senso comum, a memória não é uma reprodução fiel do passado. Ela não reconstitui os acontecimentos como ocorreram, mas sim sua reconstrução à luz das experiências, vivências e interpretações presentes. Nesse processo, também nos recordamos a nós mesmos, atualizando a experiência do passado no presente (Bosi, 1979; Sokolowski, 2012).

Esses argumentos não significam, contudo, que a memória se restrinja a um fenômeno temporal ou a uma faculdade abstrata localizada na mente do sujeito. Assim como a existência se ancora na compreensão da temporalidade, ela também está intrinsecamente ligada à espacialidade (Lowenthal, 1985b).

De acordo com Malpas (2018), memórias, sobretudo aquelas de caráter pessoal e autobiográfico, encontram-se associadas a lugares específicos. Como observa o autor:

O fato de muitas vezes nos lembarmos de pessoas em relação a lugares e seus arredores específicos, em poses ou estados de espírito característicos que implicam uma determinada situação, exemplifica este fenômeno mais geral” (Malpas, 2018, p. 180).

Assim, memórias individuais e coletivas costumam estar vinculadas a lugares (Malpas, 2018). Sua evocação e preservação dependem, frequentemente, de referenciais espaciais onde se desenrolaram acontecimentos históricos ou cotidianos, os chamados lugares de memória, segundo Pierre Nora (1993).

Lowenthal (1975) ressalta que a existência de lugares de forte densidade mnemônica é fundamental para a manutenção de um sentimento de segurança e continuidade. Dependemos da memória para construir um sentido de existência, assim como necessitamos da presença de lugares impregnados de lembranças. Em outros termos, necessitamos de lugares de memória como pontos de referência para a edificação e transmissão de memórias coletivas e individuais, ao mesmo tempo em que os próprios lugares são constituídos pelas memórias que neles se sedimentam em significados. Há, portanto, uma relação de co-construção entre lugar e memória a partir do entendimento de sua edificação em e por meio da experiência narrada.

HISTÓRIAS DE VIDA E SEU CARÁTER GEOGRÁFICO

Entre os muitos caminhos metodológicos possíveis para a realização de uma investigação preocupada com a construção e interpretação das memórias de uma pessoa ou grupo social, a história de vida se destaca como abordagem privilegiada nos estudos que elegem essa expressão do passado como objeto de interesse.

Para a autora Allison Blunt (2003, p. 71), “o termo ‘história de vida’ é deliberadamente amplo e abrange o estudo das pessoas em suas próprias palavras”, valendo-se de recursos textuais, como diários, cartas e relatos de viagem, ou mesmo de contatos pessoais, como entrevistas individuais ou em grupo, pesquisas etnográficas e conversas informais. A história de vida, trata-se, em vista disso, de um método de pesquisa que foca o registro biográfico de um indivíduo ou grupo a partir da forma como este a procura narrar (Jackson; Russell, 2010).

Contudo, mais do que uma ferramenta para o registro de acontecimentos, a história de vida tem sido utilizada como estratégia de compreensão e interpretação de experiências e memórias narradas pelas pessoas — sejam estas figuras públicas ou sujeitos cujas vidas poderiam permanecer marginalizadas ou invisibilizadas (Blunt, 2003). Assim, o método possibilita o acesso a registros íntimos que não constam em narrativas oficiais, permitindo um mergulho no que Blunt (2003) denomina como histórias escondidas (*hidden histories*).

Para Blunt (2003) as histórias escondidas são constituídas como lembranças apagadas ou suprimidas, de forma intencional ou não, que funcionam como instrumento para conferir voz a grupos subalternizados, possibilitando-lhes narrar suas próprias trajetórias. Essas narrativas incluem fatos cotidianos, como as relações familiares e de vizinhança, as atividades de trabalho e lazer, e os objetos e pessoas que compõem um acervo de lembranças individuais em grande parte, ainda que conectadas a contextos sociais e históricos mais amplos.

Para além de permitir o resgate de histórias escondidas, como destaca Blunt (2003), as entrevistas em história de vida oferecem acesso a vivências e experiências passadas, reconstruídas e reelaboradas por meio de narrativas de lembranças. Não se trata apenas de narrativas situadas em um tempo histórico, mas da atualização da memória introjetada nos lugares vividos, revelando a geograficidade desses sujeitos e a construção de identidades comunicadas nessa relação indissociável com o lugar.

Ao enfocar as experiências e memórias das pessoas tal como estas as procuram transmitir através da reconstrução de suas trajetórias, a história de vida apresenta grande potencial para pesquisas em Geografia Cultural-Humanista, campo que se debruça sobre aspectos subjetivos, significados e afetos emergentes da espacialidade humana (Mello, 1990; Holzer, 2012). Como defende Lowenthal (1985a), as abordagens culturais e humanistas redirecionam o olhar da geografia para os saberes dos próprios sujeitos, reconhecendo-os como “geógrafos informais” e, portanto, como os mais aptos a expressar sentimentos, valores, significados e compreensões a respeito dos lugares.

Embora esse método permita a exploração de uma ampla variedade de temas, a partir de diferentes abordagens, neste trabalho utilizamos a história de vida para compreender as articulações entre lugar e memória na experiência de residentes da comunidade da Serra de Piabas, com especial atenção aos sujeitos idosos.

Como moradores mais antigos, os idosos se constituem em registros vivos da história e ocupação do lugar, tendo presenciado e vivenciado suas transformações ao longo do tempo. Tal qual narradores, transmitem suas lembranças sobre o lugar, contribuindo para a produção de uma memória viva e em movimento.

Do ponto de vista social, os idosos cumprem um papel fundamental: o de recordar. Para Ecléa Bosi (1979), ao lembrar o passado, o idoso não estaria descansando das lides cotidianas, nem tampouco “se entregando fugitivamente às delícias do sonho: ele está se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da sua vida” (Bosi, 1979, p. 60). Assim, a narrativa das trajetórias de vida desses sujeitos nos permite não apenas retrair a história local como apreendida por eles, mas também compreender as articulações entre memória e lugar como expressão de sua geograficidade.

Nesse sentido, realizamos uma série de entrevistas em história de vida com idosos residentes na Serra de Piabas, visando resgatar suas trajetórias e compreender as relações entre as memórias evocadas e a forma como percebem as transformações ocorridas no lugar, sobretudo a partir de sua transição para área especialmente protegida.

As memórias evocadas, além de refletirem dimensões existenciais e intersubjetivas de cada sujeito, também evidenciam laços compartilhados das experiências destes. Portanto, ainda que o lugar possa ser pensado em sua dimensão relacional a partir de trajetórias individuais, ele também se manifesta por meio de

vivências comuns, que contribuem não apenas para a configuração de uma identidade comunitária, mas também para a produção das próprias memórias de lugar como construção coletiva.

Segundo Bosi (1994), a memória coletiva se sustenta na perspectiva de um passado compartilhado por determinado grupo social, seja este definido por laços familiares, profissionais ou de classe, de modo que as lembranças se apoiam mutuamente, formando um sistema coerente que pode ser comunicado, compartilhado ou confrontado. Assim, cada lembrança individual pode ser entendida como um ponto de vista inserido em uma memória coletiva mais ampla. Como afirma a autora: “pertencer a novos grupos nos faz evocar lembranças significativas para este presente e sob a luz explicativa que convém à ação atual. O que nos parece unidade é múltiplo” (Bosi, 1994, p. 413).

Nas narrativas edificadas pelos idosos, em meio a relatos íntimos, é possível identificar acontecimentos e situações compartilhados, produzindo versões comuns de um passado reconstruído pela ação da memória. Esses fatos e vivências não apenas marcam trajetórias individuais, mas articulam experiências coletivas de transformação da localidade, atuando nos processos de identificação baseados na relação indissociável com o lugar como fundamento de existência.

Ao evocarem lembranças de uma Serra de Piabas marcada por laços comunitários, práticas de sociabilidade, relações de trabalho e cultivo da terra como base material, esses sujeitos não apenas resgatam suas histórias pessoais, mas também constroem uma memória compartilhada, uma versão comum do passado.

Para Candau (2018), a memória corresponde à faculdade de preservar acontecimentos significativos na construção da identidade do sujeito e de sua relação com os lugares que habita. Nesse sentido, a memória coletiva pode ser entendida como uma “metamemória”, uma reinterpretação presente que as pessoas constroem sobre o passado a partir das lembranças evocadas. Assim, em vez de compreendê-la como fato empírico, isto é, como lembranças objetivamente partilhadas por todos os membros de um grupo, a memória coletiva se apresenta como construção social, sempre em negociação, na qual os sujeitos produzem e comunicam uma representação supostamente comum do passado (Candau, 2018).

A memória evocada pelos idosos e os sentidos de lugar expressos em suas narrativas mantêm, portanto, uma profunda conexão. A memória adensa suas percepções e vínculos com o lugar, ao mesmo tempo em que o lugar, especialmente

por meio de locais de densidade mnemônica, como casas de infância, roçados e bananais, se torna veículo de reprodução e comunicação dessa mesma memória.

Ao examinar a interação entre memória coletiva e lugar nas narrativas dos idosos, torna-se possível identificar um sentimento de pertencimento e vinculação profunda à Serra de Piabas, que se converte em fonte para processos de construção identitária. Contudo, tal vinculação se constrói também a partir da negociação da presença e permanência desses sujeitos em uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, revelando que as memórias de lugar assumem igualmente um caráter político, expresso nos discursos e estratégias mobilizados por esses idosos na afirmação de suas lugaridades.

DE SERTÃO À PARQUE – A MEMÓRIA COMO RESISTÊNCIA AO APAGAMENTO

Situado na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, o Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB) abrange todas as áreas acima da cota de 100 metros de altitude do Maciço da Pedra Branca e seus contrafortes, estendendo-se por 17 bairros cariocas: Jacarepaguá, Taquara, Camorim, Vargem Pequena, Vargem Grande, Recreio dos Bandeirantes, Grumari, Jardim Sulacap, Realengo, Padre Miguel, Bangu, Senador Camará, Santíssimo, Campo Grande, Senador Vasconcelos, Guaratiba e Barra de Guaratiba.

A comunidade em que esta pesquisa se desenvolveu é conhecida por seus moradores como “Serra de Piabas” ou “Morro de Piabas”, localizada na vertente sul do PEPB, entre os bairros Recreio dos Bandeirantes e Grumari. Segundo relatos locais, o topônimo faz referência ao rio Piabas, que corta as encostas do maciço e historicamente abasteceu a população residente.

Atualmente, a Serra de Piabas reúne 18 famílias, em grande parte descendentes dos primeiros moradores estabelecidos antes da criação do parque, na década de 1970. O acesso à comunidade se dá pela Estrada do Grumari, via que conecta o bairro do Recreio dos Bandeirantes ao bairro de Guaratiba, a partir da Estrada do Pontal.

Do ponto de vista paisagístico, a área constitui um remanescente do bioma Mata Atlântica, apresentando trechos bem conservados intercalados por cultivos agrícolas, em especial, a banana, principal marca da ruralidade que caracteriza o habitar da população local. A localidade conta ainda com alguns córregos e mirantes naturais, tornando-a destino de práticas de lazer, como caminhadas e desfrute da

paisagem por parte da população dos bairros adjacentes, bem como *lócus* de disputas a respeito de sua apropriação e das representações construídas e veiculadas por diversos atores sociais.

A população local apresenta um perfil rural, tanto pela presença de atividades de caráter agrícola para o autoconsumo e reprodução socioeconômica dos moradores, com destaque espacial para as lavouras de banana, quanto das relações estabelecidas em escala local. O processo de ocupação das encostas da vertente sul do Maciço da Pedra Branca remonta ao período em que a localidade integrava a então zona rural do município do Rio de Janeiro, marcada pela presença de uma população de perfil rural “com forte relação de dependência dos recursos naturais locais na garantia de seu sustento e reprodução social” (Fernandez, 2016, p. 132).

Nas narrativas dos idosos residentes da localidade, colhidas por meio de entrevistas em história de vida, as práticas agrícolas despontam como elementos centrais de um caráter distintivo do lugar frente aos bairros adjacentes, o que reflete fortemente esta condição rural na edificação dos sentidos de lugar desses sujeitos. Para além da noção de subsistência e autoconsumo, a dimensão rural do lugar é representada pelas formas de sociabilidade, identidade e memória coletiva.

Assim, a descrição das formas de cultivo da banana e o trabalho nos roçados de milho, aipim e café; a criação de animais, como galinhas, cabras e porcos; a produção de farinha artesanal e os processos de separação, secagem, torrefação e pilagem do café, compõem o acervo de recordações dos idosos residentes na Serra das Piabas, tornando-se, desde modo, elemento distintivo na construção da experiência de lugar. Tal compreensão se exemplifica na fala de M. (mulher de 70 anos de idade), que, ao narrar as recordações de sua infância vivida na Serra de Piabas, assevera o trabalho na lavoura como parte de seu cotidiano:

A gente trabalhava muito. Meu pai criava porcos e galinhas, fazia farinha e repartia com os vizinhos. O trabalho era coletivo: juntava todo mundo para a ‘meia’³ e cada um levava um pouco para casa. Era um tempo de muito esforço, mas também de fartura. Tinha café, cana, frutas de todo tipo, mas só a banana era vendida. Banana prata, banana d’água, banana maçã. O resto era para a gente e para dividir com os vizinhos (M., entrevista concedida em 03/10/2021).

Esse fragmento evidencia que o lugar não se resume a uma dimensão material, mas integra práticas sociais e significados compartilhados. Como aponta Relph

³ Termo utilizado pela entrevistada para se referir ao processo de divisão da produção entre os indivíduos que participavam nos processos de produção de farinha artesanal.

(1976), o lugar envolve tanto uma ordem natural quanto humana, sendo centro de significado de nossas experiências imediatas de mundo. Assim, os lugares não são meramente abstrações ou conceitos, mas, “fenômenos experimentados diretamente do mundo vivido e, portanto, estão repletos de significados, de objetos reais e de atividades em andamento” (RELPH, 1976, p. 141).

Mais do que descrições objetivas do passado, as histórias de vida permitem desvelar dimensões sensíveis do parque enquanto lar, despertando sentimentos e afetos que sustentam a experiência de lugar na memória. Dardel (2011, p. 34) sublinha que “a cor, o modelado, os odores do solo, o arranjo vegetal se mistura às lembranças, com todos os estados afetivos e com as ideias, mesmo com aquelas que acreditamos serem as mais independentes”. As lembranças narradas nos relevam texturas, sons, odores e sabores como elementos introjetados nas experiências de lugar dos sujeitos recordantes, de modo que as memórias do lugar são para estes “o canto dos passarinhos, barulho de grilo a noite, bicho no mato, tudo isso a gente ouve aqui no lugar”, como nas palavras de S. (homem de 93 anos de idade), “aquele cheirinho de lenha queimando, no fogão de lenha”, como narra J. (homem de 60 anos de idade), ou “o leite de cabra, café e a farinha. Esse era meu café da manhã. Farinha feita aqui. Como era gostosa aquela farinha”, como descrito por M.

Conforme lembra Ricoeur (2007, p. 53), “não nos recordamos apenas de nós mesmos, mas também das situações do mundo em que vivemos, experimentamos e aprendemos”. Estas situações, discorre o autor, “implicam o próprio corpo e o corpo dos outros, o espaço onde se viveu, enfim, o horizonte do mundo e dos mundos, sob o qual alguma coisa aconteceu” (Ricoeur, 2007, p. 53). Isto é, a memória envolve o lugar não apenas em um sentido estreito de localização, de maneira que as memórias ocorram ou remetam a um local específico, mas em uma dimensão mais profunda e sensível, do lugar como base na qual se assenta nossa existência. Em suas palavras:

Lembro-me de ter morado naquela casa, viajado por certas regiões e contemplado paisagens que me deram o sentimento da imensidão do mundo. Evoco o mundo cultural desaparecido ao qual aquelas ruínas remetem (Ricoeur, 2007, p. 57).

Neste sentido, a casa de infância assume o papel de palco privilegiado das histórias de vida narradas pelos idosos, tornando-se, assim, um lugar de memória (Nora, 1993). A casa da infância se configura como veículo do adensamento das lembranças que fazem do espaço mais do que simples moradia, mas sim, um *lócus*

onde se desenrola a experiência de mundo, lar em que se funda a compreensão do ser.

De acordo com Mello (2012), a casa da infância constitui-se como cenário dos dramas da vida, “revestida de sua originalidade, solidez e encantamento por um desfile de festas de aniversário, casamentos, celebrações natalinas, bem como toques, cheiros, pinturas, ora vibrantes, ora esmaecidos e mapas íntimos” (Mello, 2012, p. 59), inscrevendo-se em nós como reservatório de recordações. Assim, a casa de infância representa o espaço onde se desenrola uma parcela significativa das relações e acontecimentos que compõem a narrativa dos sujeitos recordantes, como expressam os relatos de S. e B. (mulher de 81 anos de idade):

Eu vivia na casa do meu avô. Tião, meu filho, estava roçando o bananal e eu acho que ele já passou da ‘cava’¹⁴ da casa. Deve estar limpo lá. Tem uma jaqueira e logo acima tem a entrada da casa. Não sei como está aquilo hoje, já tem tempo que eu não vou lá. Mas era tudo calçadinho de pedra, até em cima no lugar onde ficava a casa. Havia um baldrame, assim, um muro dessa altura mais próximo do caminho. E a casa era pra cima daquele muro. Uma casa grande. Tinha três quartos e uma sala de dançar, onde faziam os bailes. Uma sala grande de dançar. A cozinha era separada da casa. Era cozinha de lenha, onde fazia as comidas. E do outro lado ficava o trem de farinha. A casa tinha uma roda de ralar a mandioca e, onde tem um monte de pedra, era o forno de mexer farinha. A casa era de estuque. Acabei desmanchando a casa e plantei banana por cima. Mas era uma casa muito bonita. Lembro direitinho dela (S.; entrevista concedida em 30/04/2018).

Eu me lembro quando morava lá pra cima, na casa lá de cima. Perto de Ana e de Elza. Era tão bom. Era tão divertido. A gente brincava até a noite. Às vezes anoitecia e a gente estava brincando. Pulava corda, brincava de balanço, brincava de roda. Mas era muito bom. Era divertido. Eu gostava à beça. Às vezes, eu fico assim pensando que tudo se acaba. Tudo se acaba. Depois que a gente cresce, se casa, um vai para um lado, o outro vai pra outro. Aí, vai se acabando. Acabando. Entristece à beça. [...] Muita gente saiu. Sabe, eu fico tão triste. Lá onde minha mãe morou eu já não vou mais. Agora eu só vejo mato onde era a casa. Não vejo mais nada. Aquele fogãozinho de lenha. Chegava lá e ela fazia o cafezinho pra gente. Era tão bom. Eu chegava lá e ela fazia o cafezinho. Botava no fogo. Cafezinho de lenha. Cafezinho tão gostoso. A gente se lembra de tudo. Era tudo limpo. O meu pai cavava aquele caminho lá de baixo. De cá de baixo até lá em cima no alto. Ele cavava e tirava a terra todinha. Não ficava um só mato. Só trabalhava no sítio dele. Então aquilo era limpinho até lá em cima. Dava gosto de andar (B.; entrevista concedida em 22/04/2018).

¹⁴ O termo *cava* é utilizado para designar o alicerce ou fundação de antigas moradias, geralmente construídas com pedras sobre o solo. Na Serra de Piabas, onde muitas casas eram erguidas em estuque (argamassa de argila), as cavas constituem os principais vestígios de habitações desaparecidas pelo tempo ou por intempéries.

Em ambos os relatos, evidencia-se a relevância da casa de infância na tessitura das memórias, funcionando como um centro de significados e afetos. Ela se mantém viva nas lembranças das pessoas que ali habitaram ou passaram, das festas e bailes realizados, das brincadeiras, dos aromas e sabores dos cafés preparados e partilhados, assim como de sua estrutura física que, mesmo alterada com o tempo, permanece resistente na memória. Conforme Tuan (2013), acontecimentos cotidianos aparentemente simples podem, com o passar dos anos, converter-se em profundos sentimentos de apego e pertencimento ao lugar. À luz dessa perspectiva, é possível compreender, a partir dos relatos destacados, a casa de infância como um espaço íntimo, ou seja, aquele em que se desenvolvem experiências privadas e vínculos marcados pela proximidade entre as pessoas (Tuan, 2013). Para o autor, tais lugares “podem ficar gravados no mais profundo da memória e, cada vez que são lembrados, produzem intensa satisfação” (Tuan, 2013, p. 173).

Neste sentido, a percepção do desaparecimento da casa de infância, encoberta pelo avanço da vegetação, ou, como nas palavras de B., pela invasão do “mato”, reveste o lugar de um sentimento de tristeza decorrente de sua perda, expresso em frases como “tudo se acaba”, “aí, vai se acabando” e “entristece à beça”. Essa compreensão, longe de ser um dado isolado, revela uma perspectiva nostálgica recorrente nas recordações narradas pelos idosos da Serra de Piabas. De acordo com Lowenthal (1975), a nostalgia, mais do que simples apego a um passado seletivo edificado por recordações positivas em contraste com as transformações do tempo presente, constitui uma das facetas pelas quais o ser humano se relaciona com o passado, tornando-se elemento relevante na construção das experiências de lugar.

Assim, o caráter nostálgico que estrutura as memórias de lugar dos idosos da Serra de Piabas não remete apenas a uma comparação ingênua entre um passado iluminado por recordações topofílicas, para usar o termo cunhado por Tuan (2012), e um presente marcado por transformações concretas e simbólicas. Ele também se expressa como resposta às reconfigurações impostas pela transformação do lar em área de proteção ambiental, sob a figura institucional do parque. Nesse cenário, a memória passa a funcionar como ferramenta de contestação política frente à instituição do parque, além de elemento de resistência cotidiana dos residentes.

Dessa forma, a transformação de parte da antiga zona rural em Unidade de Conservação de Proteção Integral implicou a criação e imposição de diversas normas

e regras que passaram a orientar os processos de apropriação do lugar, tornando até mesmo a presença de residentes um ponto de divergência em relação ao ordenamento jurídico que define a categoria de parque.

Nesse contexto, a constituição do PEPB estabeleceu formas de uso distintas daquelas tradicionalmente praticadas, sobrepondo-se às dinâmicas sociais pré-existentes. Ainda que sua criação tenha se consolidado como uma estratégia ambiental relevante diante do avanço da urbanização impulsionada pela especulação imobiliária, atuando como instrumento de proteção dos recursos naturais ali presentes (Fernandez, 2009), sua implementação representou a imposição de um conjunto de regras e normas de caráter restritivo às formas históricas de reprodução socioeconômica e cultural localmente realizadas. Isso alterou de modo significativo a relação dos residentes com o/no lugar e passou a configurar também uma ameaça concreta a sua permanência dentro dos limites oficiais do parque.

No ato de sua criação, por meio da Lei Estadual nº 2.377, de 28 de junho de 1974, já estava prevista a desapropriação integral da área abrangida pelo PEPB. Tal medida reforçava sua concepção enquanto espaço de posse e uso públicos, de modo que as ocupações anteriores ao estabelecimento deveriam ser cadastradas, com vistas à regularização fundiária mediante remoção ou realocação dos moradores para fora dos limites do parque.

Além da disputa em torno do direito de permanência, a instituição de normas vinculadas à implantação do PEPB, quando não inviabilizavam por completo as formas de reprodução econômica e social da população residente, exigiam que esta se adaptasse a novos usos. Uma vez incluído na categoria de Unidade de Conservação de Proteção Integral, conforme definido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), somente é permitido o uso indireto dos atributos naturais, estando vedados o consumo, a coleta, a degradação ou a destruição dos recursos ambientais (Brasil, 2000). Isso significa, por exemplo, a impossibilidade de captar água para consumo doméstico ou de utilizar recursos minerais e florestais para a realização de reparos em trilhas e nas próprias residências já existentes.

Dentre as normas gerais de uso do PEPB, estabelecidas em seu plano de manejo, destacam-se: a proibição de quaisquer atividades que possam impactar o meio ambiente em seu interior; a retirada, total ou parcial, de plantas, exemplares da fauna ou amostras minerais sem autorização expressa dos órgãos gestores; a introdução ou reintrodução de espécies de flora e/ou fauna silvestres sem a devida

anuência do setor competente do Instituto Estadual do Ambiente (INEA); a construção de obras de engenharia que não sejam de interesse direto dos órgãos gestores; a entrada, uso e criação de animais domésticos ou de cultivos agrícolas dentro da UC, salvo nas propriedades rurais não desapropriadas e quando autorizadas pelo INEA; além da introdução de espécies exóticas de fauna ou flora.

No entrelaçamento de suas memórias, J. ressalta que a criação do PEPB figura entre os motivos que levaram uma parte significativa dos antigos moradores da Serra das Piabas a abandonar a localidade. Tendo trabalhado na lavoura durante a juventude e o início da vida adulta, J. reconhece que, embora a instituição do parque tenha trazido benefícios ambientais, também provocou transformações profundas nas práticas locais, ocasionando uma reconfiguração de sua própria experiência e compreensão do lugar, conforme destaca no relato abaixo:

Hoje você não tem mais a oportunidade de trabalhar como se trabalhava. Antigamente, falecido papai abriu, dentro dessa mata aí, uma roça. Dentro dessa mata. [...] A evolução traz benefícios, mas tira também muita coisa do pessoal que é da roça. Pra quem é da roça, a evolução tira muita coisa. Você vê? Naquele tempo você podia chegar e fazer uma derrubada e fazer uma lavoura, pra plantar um aipim, um milho, um feijão. Até mesmo pra você sobreviver ou vender mesmo, que o pessoal aqui vendia. Hoje você não pode fazer. Não pode. Como vai fazer? Tem que deixar virar mata. Floresta. Tá virando floresta. E vem cada vez tomando conta de tudo. As coisas vão brotando e você não pode derrubar. Mas, também é benefício, não é? Porque a gente tem um ar puro, um oxigênio bom. Aqui em cima geralmente não tem poluição. (J.; entrevista concedida em 05/01/2019).

Isto posto, para além de seu caráter afetivo, as memórias de lugar evocadas pelos idosos residentes no PEPB assumem também um sentido político. Esse aspecto se expressa tanto na incerteza relacionada à permanência desses sujeitos no contexto de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, quanto nas restrições impostas às suas práticas e atividades de reprodução socioeconômica e cultural.

De acordo com Blunt (2003), por meio das histórias de vida as pessoas não apenas comunicam seus sentimentos e as condições de sua vida material, mas também revelam as relações e mecanismos de poder que perpassam a construção e a apreensão de seu lugar. As memórias que emergem dessas narrativas, entendidas por Pollak (1989) como “memórias subterrâneas”, isto é, lembranças de contestação frente ao apagamento da história de grupos subalternizados, atuam como elemento na edificação de um sentido político de lugar a partir das histórias de vida dos idosos do PEPB.

Nesse contexto, tais memórias convertem-se em ferramentas de contestação por parte dos residentes, sendo mobilizadas nos termos do que Scott (2013) denomina “discursos ocultos de resistência”. Segundo o autor, a resistência de grupos subordinados não ocorre apenas por meio do enfrentamento direto ou da contestação pública, mas também se manifesta em “microepisódios” do cotidiano, em esferas privadas, configurando discursos ocultos. Esses discursos se materializam em tradições e expressões culturais que, de modo simbólico, desafiam as estruturas de poder dominante sem recorrer a uma exposição aberta. Assim, cada grupo subordinado elabora, a partir de sua experiência, um discurso oculto que opera como crítica ao discurso hegemônico dos grupos dominantes.

No contexto dos residentes do Parque Estadual da Pedra Branca, em especial os idosos, a defesa de sua permanência nos limites de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral é permeada por discursos ocultos de resistência, recorrendo à memória como ferramenta de legitimidade de sua presença e como forma de contestação simbólica aos limites impostos pela criação do parque, como revela a fala de C. (homem de 62 anos).

Meu pai já me falava de quando o pai dele morava aqui, e o avô dele também. Eu me lembro de todas as histórias. De como veio morar aqui, do que plantava, de quem morava aqui no lugar. A gente já estava aqui antes do parque. Hoje em dia já não pode fazer muita coisa. Ninguém mais quer continuar plantando, porque, com o parque fica mais difícil. Daí a gente que continua aqui, que depende disso, tem que fazer quase que escondido (C.; entrevista concedida em 10/05/2019).

Desta forma, ao lado do discurso oficial que confere à localidade à categoria de Unidade de Conservação de Proteção Integral, emergem discursos ocultos de resistência, enfatizando a memória como elemento de identificação e coesão com o lugar. Assim, o lugar pode ser entendido tanto em uma dimensão afetiva, como centro de significados dotado de valor, quanto em uma dimensão política, como fundamento para reprodução social do grupo em questão.

As histórias de vida dos idosos, portanto, não se restringem a uma descrição objetiva do que entendem como seu passado, mas revelam traços de sua própria geograficidade (DARDEL, 2011), expressa, sobretudo, pelo desenvolvimento de um profundo elo de pertencimento ao lugar. Esse vínculo se desenvolve no contexto de mediações que são ao mesmo tempo afetivas, refletindo laços topofílicos, mas

também políticas, na medida em que reiteram constantemente o direito de permanecer dentro de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos demonstrar, ao longo deste breve ensaio, diferentes formas pelas quais memória e lugar se articulam na experiência de mundo, tomando como referência de análise e interpretação as histórias de vida de idosos residentes no contexto de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, o Parque Estadual da Pedra Branca.

Mais do que um simples espaço territorial e seus recursos ambientais, conforme a definição de Unidade de Conservação pelo SNUC (Brasil, 2000), o PEPB se apresenta como local de vida e morada de diversas famílias, e, no contexto dos idosos situados na Serra de Piabas, constitui um lugar carregado de significados, edificado pela experiência, conforme defendem autores da Geografia Cultural-Humanista (Relph, 1976; Tuan, 2011; 2013).

Segundo Ricoeur (2007, p. 59), “os lugares habitados são, por excelência, memoráveis. Por estar a lembrança ligada a eles, a memória declarativa se compra em evocá-los e descrevê-los”. A partir disso, a memória se apresenta como elemento central na construção de sentidos de lugar pelos idosos do PEPB, envolvendo um complexo processo de apropriação simbólico-afetiva e política tecido na escala do lugar.

As experiências do passado, reconstruídas através da memória, fornecem a base para o estabelecimento de uma relação profunda com o lugar (Tuan, 2013). Marandola Jr. (2012, p. 228) ressalta que “é pelo lugar que nos identificamos, ou nos lembramos, constituindo assim a base de nossa experiência no mundo”. Esse íntimo vínculo afetivo com o lugar se fortalece por meio de lembranças de pessoas e eventos, constituindo a base da própria geograficidade. Assim, a memória representa a experiência vivida que confere significado ao lugar (Marandola Jr., 2012).

Dessa maneira, a memória funciona simultaneamente como veículo para fruição e comunicação do vínculo dos sujeitos com seu lugar, sustentando a edificação das experiências de lugar e dos significados a ele atribuídos, enquanto o próprio lugar se revela como palco privilegiado para a evocação dessas memórias, servindo de suporte para sua reprodução.

Por meio do lugar, os idosos residentes no PEPB lembram de eventos significativos de sua existência, constituindo a base de sua experiência de mundo (Marandola Jr, 2012) e de sua geograficidade. Assim, as experiências passadas, reconstruídas por meio da memória, transformam o PEPB em um centro de significados rico para esses sujeitos, expressando sentimentos de pertencimento, afeição e apego, mas também suscitando incertezas quanto à sua permanência.

REFERÊNCIAS

- BLUNT, A. Home and Identity: life stories in text and person. In: BLUNT, A.; GRUFFUDD, P.; MAY, J.; OGBORN, M.; PINDER, D. (eds) **Cultural Geography in Practice**. London: Hodder Education, 2003, p. 71-90.
- BOSI, E. **Memória e Sociedade**: lembranças dos velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1979.
- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 137, n. 136, p. 1-12, 19 jul. 2000.
- CASEY, E. Between Geography and Philosophy: the place-world? **Annals of the Association of American Geographers**, v. 91, n. 4, p. 83-93, 2001.
- CORRÊA, A. M. **O Sertão Carioca**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2017.
- CRESSWELL, T. **Place**: a Short Introduction. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.
- _____. Place. In: KITCHIN, R.; THRIFFIT, N. (eds) **International Encyclopedia of Human Geography**. Oxford: Elsevier, 2009, p. 169-177.
- DARDEL, E. **O Homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- ENTRIKIN, N. Contemporary Humanism in Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 66, n. 4, p. 615-632, 1976.
- FERNANDEZ, A. C. F. **Do Sertão Carioca ao Parque Estadual da Pedra Branca**: a construção social de uma unidade de conservação à luz das políticas ambientais fluminenses e da evolução urbana do Rio de Janeiro. 2009. 373 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.
- _____. O sertão que virou parque: natureza, cultura e processos de patrimonialização. **Estudos Históricos Rio de Janeiro**, v. 29, n. 57, p. 129-148, 2016.
- HOLZER, W. A geografia humanista: uma revisão. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAL, Z. (orgs.). **Geografia Cultural**: uma antologia (I). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p.165-178.

INEA/ Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro. **Plano de Manejo do Parque Estadual da Pedra Branca**. Rio de Janeiro: INEA, 2013.

JACKSON, P.; RUSSELL, P. Life History Interviewing. In: DELYSER, D.; HERBERT, S.; AITKEN, S.; CRANG, M.; McDOWELL, L. (eds.) **The Sage Handbook of Qualitative Geography**. London: SAGE, 2010, pp. 172-192.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 2003.

LOWENTHAL, D. Past Time, Present Place: Landscape and Memory. **Geographical Review**, v.65 n. 1, p. 1-36, 1975.

_____. Geografia, Experiência e Imaginação: Em Direção a uma Epistemologia Geográfica. In: CHRISTOFOLETTI, A. (org.) **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1985a, p. 103-141.

_____. **The Past is a Foreign Country**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985b.

_____. Como conhecemos o passado. **Projeto História**, São Paulo, v. 17, p.63-201, 1998.

MALPAS, J. **Place and Experience**: a philosophical topography. 2ºed. London; New York: Routledge, 2018.

MARANDOLA JR, E. Lugar Enquanto Circunstancialidade. In: MARANDOLA JR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (orgs.). **Qual o espaço do lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo, Perspectiva, 2012. p. 227-248.

MELLO, J. B.F.M. Geografia humanística: a perspectiva de experiência vivida e uma crítica radical ao positivismo. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 52, n. 4, p. 91-115, 1990.

_____. O Triunfo do Lugar Sobre o Espaço. In: MARANDOLA JR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (orgs.). **Qual o espaço do lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo, Perspectiva, 2012, pp. 33-68.

NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p.7-28, 1993.

OLIVEIRA, L. O Sentido de Lugar. In: MARANDOLA JR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (orgs.). **Qual o espaço do lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo, Perspectiva, 2012, pp. 3-16.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RELPH, E. **Place and Placelessness**. London: Pion, 1976.

_____. As Bases Fenomenológicas da Geografia. **Geografia**, v. 4, n. 7, p. 1-25, 1979.

RICOUER, P. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora Unicamp, 2007.

ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. (orgs) **Usos & abusos da história oral.** 8^a ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 93-101.

SATHLER, Evandro. **Os “espaços de incerteza”, a “desterritorialização subjetiva” e o “pacto da conservação”:** perspectivas de uma geografia socioambiental das áreas naturais protegidas. 2010. 334 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências. Programa de Pós-graduação em Geografia – Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2010.

SCOTT, J. **A dominação e a arte da resistência:** discursos ocultos. Lisboa: Letra Livre, 2013.

SEEMANN, J. O espaço da Memória e a Memória do Espaço: algumas reflexões sobre a visão espacial nas pesquisas sociais e históricas. **Revista Casa da Geografia de Sobral**, v. 4/5, p. 43-53, 2003.

SOKOLOWSKI, R. **Introdução à Fenomenologia.** São Paulo: Loyola, 2012.

TUAN, Y. Espaço, Tempo, Lugar: um arcabouço humanista. **Geograficidade**, v. 01, n. 01, p. 4-15, 2011.

_____. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Eduel: Londrina, 2012.

_____. **Espaço e Lugar:** a perspectiva da experiência. Eduel: Londrina, 2013.

_____. Lugar: uma perspectiva experiencial. **Geograficidade**, v. 8, n. 1, p. 4-15, 2018.